



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL
"Uma Praia de Todos"

A U T O R I Z A Ç Ã O

MARCIA ROSANE TEDESCO DE OLIVEIRA, Prefeita do Balneário Pinhal/RS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e em consonância ao disposto na Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 (que institui a modalidade de licitação denominada Pregão), pelo Decreto Municipal nº 022/2020, (que institui normas para a modalidade de licitação denominada Pregão para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da Administração Pública Municipal), pela Lei Complementar nº 123/2006 e com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e pela aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, autoriza a abertura de processo administrativo, para fins de licitação pública, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço.

DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para prestação de Serviço de otimização de receitas e despesas municipais por meio de plataforma digital na modalidade de software como serviço (SaaS – Software as a service) com apoio técnico especializado em finanças municipais, incluindo hospedagem em nuvem, integração com dados dos sistemas da administração municipal e consultoria de implantação na localidade, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

As despesas resultantes do presente processo licitatório serão cobertas pelas seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Finanças

0501 04 122 0005 2006 339039 05000000 0001 – 2654.9

O processo de licitação deve atender todas as normas e procedimentos instituídos pela legislação vigente.

Balneário Pinhal/RS, 04 de janeiro de 2022.

MARCIA ROSANE TEDESCO DE OLIVEIRA

PREFEITA



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL
“Uma Praia de Todos”

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2022

O **MUNICÍPIO BALNEÁRIO PINHAL**, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, **conforme Processo Licitatório nº 0001/2022**, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, para prestação de Serviço de otimização de receitas e despesas municipais.

O processo será regido pelas disposições legais e condições estabelecidas no presente Edital, pela Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 (que institui a modalidade de licitação denominada Pregão), pelo Decreto Municipal nº 022/2020, (que institui normas para a modalidade de licitação denominada Pregão para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da Administração Pública Municipal), pela Lei Complementar nº 123/2006 e com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e pela aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

1. DAS INSTRUÇÕES GERAIS

1.1. O recebimento das propostas e documentos de habilitação será **a partir das 08:30h do dia 17/01/2022 até às 08:30h do dia 27/01/2022**.

1.2. A abertura das propostas será **efetuada às 08:30h do dia 27/01/2022**.

1.3. O início da sessão de disputa dos preços **será às 10:00h do dia 27/01/2022**.

1.4. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

1.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.6. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Pregoeiro do Município,



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

sito à Avenida Itália nº 3100, Balneário Pinhal/RS, CEP: 95.599-000, fone: (051) 3682-0388 Ramal 205, e-mail: licitacao@balneariopinhal.rs.gov.br com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data marcada para a abertura das propostas.

1.7. Este processo de licitação estará disponível site do Banrisul S/A – www.banrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

2. DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para prestação de Serviço de otimização de receitas e despesas municipais por meio de plataforma digital na modalidade de software como serviço (SaaS – Software as a service) com apoio técnico especializado em finanças municipais, incluindo hospedagem em nuvem, integração com dados dos sistemas da administração municipal e consultoria de implantação na localidade, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, através do aplicativo “Pregão online” do Portal Eletrônico do Banrisul S/A.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura do Balneário Pinhal, denominado Pregoeiro com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema de Pregão Eletrônico.

3.3. Poderão participar da presente licitação os interessados que estejam credenciados no sistema eletrônico junto à Seção de Cadastro da CELIC – Central de Licitações do Estado, sito à Avenida Farrapos nº 151, Porto Alegre/RS ou www.celic.rs.gov.br, e que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital e seus anexos.

4. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

4.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente no sistema eletrônico, junto à Seção de Cadastro da CELIC – Central de Licitações do Estado, sito à Avenida Farrapos nº 151, Porto Alegre/RS ou www.celic.rs.gov.br, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

- 4.2. O credenciamento e a sua manutenção no respectivo cadastro dependerão de condições exigidas pela CELIC.
- 4.3. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.celic.rs.gov.br.
- 4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 4.5. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:
- 4.5.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 4.5.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 4.5.3. Comunicar imediatamente à Seção de Cadastro da CELIC qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- 4.5.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- 4.5.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.6. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a PROCERGS, a CELIC ou ao Município, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.7. A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.8. No caso de perda da senha, poderá ser solicitada nova senha na Seção de Cadastro da CELIC.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

5. ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. As **propostas e os documentos de habilitação** deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no item 01 deste edital, observando os itens 06 e 07 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

5.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

5.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

5.2.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, como condição para aplicação do disposto nos itens 11.1 e 13.2, deste edital.

5.3. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de **duas horas**.

6. PROPOSTA

6.1. O prazo de validade da proposta é de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no item 01 desse edital.

6.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta, com a indicação completa do objeto, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais do item, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

6.3. Os licitantes, na proposta inicial, não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

6.4. As propostas iniciais inseridas dentro do sistema, durante o período definido neste Edital como **“Recebimento das Propostas”** deverão apresentar os seguintes dados:

- a) valor unitário e total para o item;
- c) a especificação do objeto que deverá atender ao **ANEXO I** deste Edital;
- d) as propostas de preços deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional, com duas casas decimais após a vírgula.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 05 deste Edital:

- a) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002 (Modelo Anexo);
- b) Declaração própria, sob as penas da lei, possuir as condições de habilitação ao presente pregão, na forma do inciso VII do artigo 4º da Lei 10.520/02 e inexistir fato superveniente impeditivo para sua habilitação no processo licitatório em tela (Modelo Anexo).

7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

7.1.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa).



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

7.2. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

7.2.1. A substituição somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

7.2.2. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. No dia e hora indicados no item 01 deste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

8.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 4.4.2 deste Edital.

8.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, fundamentadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais;
- c) contiverem opções de preços que apresentem preços manifestamente inexequíveis.

9.3. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.4. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.5. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

9.6.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.6.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.6.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.6.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1%, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

10. MODO DE DISPUTA

10.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 09.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

10.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico: <https://www.balneariopinhal.rs.gov.br>.

11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 5.2.2 deste Edital;

11.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

11.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

11.1.4. O disposto no item 11.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2. Se não houver licitante que atenda ao item 11.1 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 3º, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

11.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

12.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 5.3 deste Edital.

12.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

12.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

13.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 5.2.2 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.3. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

13.4. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

14. RECURSO

14.1. Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

14.2. Havendo a manifestação do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias consecutivos para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

14.3. Interposto o recurso, o pregoeiro poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.

14.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

15.2. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

16.1. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para no prazo de cinco dias, úteis assinar o contrato.

16.2. Para a assinatura do contrato, no mesmo prazo do item 16.1, deverão ser comprovadas as condições de habilitação consignadas no edital, mediante a apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas que deverão ser entregues ou enviados para a Prefeitura do Balneário Pinhal/Divisão Pregão Eletrônico, localizada na Avenida Itália n° 3100, Bairro Centro, CEP: 95.599-000, Balneário Pinhal/RS.

16.3. As certidões que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

16.4. O prazo de que trata o item 16.1 poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

16.5. Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato, outro licitante será convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções.

16.6. A não apresentação dos originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, no prazo do item 16.1, será equiparada a uma recusa injustificada à contratação.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

17. VIGÊNCIA DO CONTRATO E FORNECIMENTO:

O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993.

17.1. O acesso à plataforma deverá ser disponibilizado até o 5º dia útil à assinatura do contrato.

17.2. A **CONTRATADA**, após 8 (oito) semanas, deverá apresentar o primeiro diagnóstico, permitindo ao **MUNICÍPIO** a tomada de medidas corretivas.

17.3. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

17.4. Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.5. Os bens/serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

17.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

17.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia 15 do mês subsequente ao vencido, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente na Secretaria Municipal de Finanças.

19. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

19.1. O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção realizada pelos órgãos técnicos, podendo ser rejeitado caso desatenda as especificações exigidas, cabendo ao



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

fornecedor o ônus decorrente do prejuízo a que der causa, independente das multas previstas.

20. DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

20.1. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

20.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir vigente à época da apresentação da proposta.

20.3. As repactuações a que a CONTRATADA fazer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato, também serão objeto de preclusão com o encerramento do Contrato.

20.4. O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Pelo inadimplemento das obrigações as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

21.1.1. A recusa pelo fornecedor em entregar o objeto adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

21.1.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

21.1.3. O não-cumprimento de obrigação acessória sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

21.1.4. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco)



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro da prefeitura, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- d) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) comportamento inidôneo;
- f) cometimento de fraude fiscal;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) falhar na execução do contrato.

21.2. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

21.3. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

21.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

22.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: licitacao@balneariopinhal.rs.gov.br.

22.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico: <https://www.balneariopinhal.rs.gov.br>

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL
"Uma Praia de Todos"

conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

23.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

23.3. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993).

23.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Tramandaí/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Balneário Pinhal/RS, 04 de janeiro de 2022.

Este edital foi devidamente examinado e
aprovado por este Departamento
Jurídico. Em ____/____/2022

Procuradoria do Município

MARCIA ROSANE TEDESCO DE OLIVEIRA
PREFEITA



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

A Secretaria Municipal de Finanças vem através desta solicitar abertura para realização de procedimento licitatório visando a contratação de empresa de Serviço de otimização de receitas e despesas municipais por meio de plataforma digital na modalidade de software como serviço (SaaS – Software as a service) com apoio técnico especializado em finanças municipais, incluindo hospedagem em nuvem, integração com dados dos sistemas da administração municipal e consultoria de implantação na localidade.

2. JUSTIFICATIVA

Tal solicitação se dá a necessidade de adoção de rotinas nas tarefas do dia a dia da administração pública com amparo no ordenamento jurídico, aliadas a uma plataforma digital que proporcione a gestão pública, a análise dos dados já produzidos, e que permita a comparação com outros entes federados, contribuição para proporcionar um melhor acompanhamento na otimização das receitas e na redução de despesas visando detectar possíveis distorções, promovendo a justiça fiscal e eficiência na prestação do serviço público com excelência, salientamos que com a implantação desta ferramenta a administração municipal poderá tomar decisões baseadas em análise de informações coletadas e processadas, podendo compará-las com municípios similares.

3. MÓDULOS CONTIDOS NA SOLUÇÃO

- Dados.
- Diagnóstico.
- Gestão de melhorias.
- Gerencial.
- Integração.
- Fórum.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

4. CONDIÇÕES GERAIS

- Sistema disponibilizado sem limitação do número de usuários.
- Usuários podem acessar de maneira simultânea.
- Cadastro de usuários contém as informações: nome, e-mail, telefone.
- Prazo de disponibilização do sistema: 5 dias úteis após a assinatura do contrato.
- Sistema disponibilizado em ambiente web.
- Confidencialidade, privacidade e integridade sobre qualquer informação que venha a ser informada, que seja armazenada ou tratada, incluindo contas, senhas de acesso e outros dados pessoais.
- Acesso à solução via login e senha.

5. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA

- Visualização das receitas e despesas em lista, gráfico de barras e gráfico de árvore.
- Filtros para receitas: receitas por tipo; impostos; taxas e; transferências.
- Filtros para despesas: por órgão; por credor; por elemento; por subelemento e; por fonte de recurso.
- Inserção, remoção e edição de informações de propriedade da administração pública municipal para compor as análises e identificação de ineficiências.
- Roteiro de avaliação de processos, informações e análises para identificar oportunidades na arrecadação para as seguintes receitas próprias:
 - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)
 - Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI)
 - Imposto sobre Serviços (ISS)
 - Taxas
 - Dívida ativa
- Roteiro de avaliação de processos, informações e análises para identificar oportunidades na arrecadação para as seguintes transferências de outras esferas de governo:
 - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

- Financiamento da Saúde
- Financiamento da Educação
- Financiamento da Assistência Social
- Roteiro de avaliação de processos, informações e análises para identificar oportunidades nas seguintes despesas:
 - Pessoal e encargos sociais
 - Frotas
 - Imóveis
 - Merenda escolar
 - Transporte de alunos
 - Medicamentos
 - Exames médicos
 - Transportes de pacientes
 - Aposentadorias e pensões
 - Serviços de terceiros – Pessoa Física e Jurídica
 - Locação de mão de obra
 - Contratação de mão de obra período determinado
 - Material de consumo
 - Material, bem ou serviço de distribuição gratuita
 - Auxílio alimentação
- Validação de ineficiências encontradas.
- Inserção, remoção e edição dos valores das oportunidades de melhoria do orçamento público.
- Seleção e priorização de ineficiências para correção.
- Visualização e seleção de ações já sugeridas.
- Inclusão de novas ações.
- Detalhamento de ações em tarefas.
- Atribuição de datas por ação.
- Atribuição de responsáveis por ação;
- Inclusão de meta financeira por cada ação;
- Atualização do resultado já alcançado por ação.
- Inclusão de anexos de diversos formatos.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

- Filtros para facilitação do acompanhamento das ações de melhoria de eficiência do orçamento público municipal.
- Visualização de informações gerenciais referentes à implementação das ações de melhoria do orçamento público.
- Gráfico de ações: finalizadas, em andamento, não iniciadas.
- Gráficos de tarefas: finalizadas, em andamento, não iniciadas.
- Gráfico de resultados: metas e resultados já alcançados.
- A plataforma integra dados de relatórios de receitas e despesas do sistema de contabilidade da administração pública para que as informações de receitas e despesas presentes nestes relatórios possam ser visualizadas em formato amigável e com análises que facilitem tomada de decisão.
- Permite que os gestores públicos de diferentes municípios possam interagir entre si com intuito de esclarecer dúvidas e trocar experiências práticas em gestão pública.
- Tópicos de discussão de acordo com os temas a serem tratados.

6. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- Sistema 100% web, podendo ser acessado pelos seguintes navegadores: Internet Explorer, Chrome, Safari ou Mozilla Firefox.
- Plataforma única com todos os módulos interagindo com um único login.
- Garantia de SLA (acordo de nível de serviço) de 8 horas para atendimento de chamados notificados via endereço eletrônico e 98% de disponibilidade do serviço.
- Acesso à solução via dispositivo em nuvem, podendo ser acessada por computadores desktop, notebooks ou smartphones;
- Serviços de suporte técnico remoto oferecidos de segunda a sexta-feira das 09:00 às 18:00, exceto feriados nacionais.

7. APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO

- O apoio e suporte técnico especializado prestado por profissionais com experiências comprovadas em finanças municipais.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

- Apoio e orientação na construção de um diagnóstico das finanças municipais onde são identificadas as oportunidades de melhoria, seja no incremento das receitas ou na otimização dos gastos públicos.
- Apoio e orientação na priorização das ineficiências e oportunidades a serem abordados.
- Apoio e orientação na execução das ações a fim de capturar os valores identificados nas etapas anteriores.

8. JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO

Diante da grande crise financeira que o país vem enfrentando, atingindo significativamente as finanças municipais com forte queda na arrecadação, torna-se preciso que a Administração Pública se aprimore e desenvolva métodos eficientes de otimização de receitas e despesa municipais.

Uma das alternativas encontradas para equacionar as contas e criar estratégias para aumentar os recursos públicos é a utilização de tecnologia da informação, por meio de uma plataforma desenvolvida capaz de identificar os setores ineficientes e indicar potenciais metodologias de melhoria de gestão orçamentária, além de desenvolver diretrizes para aumentar a captação de recursos em diversas áreas.

A contratação desse serviço de otimização de receita e despesas através de uma plataforma digital é uma forma inteligente e necessária para que o gestor possa desenvolver seus projetos de governo de modo rápido e eficiente.

É de conhecimento de todos que atualmente a tecnologia é uma aliada indispensável na modernização das execuções e desenvolvimento das atividades públicas, uma vez que sua operacionalização consegue otimizar o tempo de trabalho dispendido, além de indicar onde e como a atividade pública pode ser desempenhada de forma mais inteligente.

Dada a complexidade das tecnologias hoje disponíveis, em uma mesma atividade, diversas especialidades são necessárias, o que demanda diversos perfis profissionais com rápidas mudanças de demandas.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

Este tipo de necessidade acaba por exigir alto dinamismo nas qualificações técnicas, às vezes por períodos curtos e definidos, o que tornaria algo oneroso e de difícil atendimento contando-se apenas com pessoal efetivo, de modo que a contratação desse serviço conjugado com a tecnologia se mostra o meio mais adequado para a administração.

O trabalho da administração aliado à utilização da tecnologia tem sido exemplos corriqueiros na redução de custo para realização de atividades e no incremento da disponibilidade de recursos financeiros.

Desse modo, a contratação pretendida tem como objetivo:

- Permitir identificação mais ágil de possíveis oportunidades nas receitas e despesas municipais;
- Auxiliar na estruturação e implementação de estratégias de qualidade que promovam a melhoria da eficiência das receitas e despesas municipais;
- Apoiar o quadro de funcionários e identificar a sua capacidade de execução, de modo a conciliar a execução das atividades rotineiras e a execução de ações de melhoria de eficiência fiscal;
- Proporcionar aos servidores conhecimento de boas práticas que podem ser replicadas para melhorar a eficiência fiscal;
- Aumentar a eficiência do gasto público;
- Aumentar a eficiência na arrecadação tributária;
- Aumentar a eficiência nas transferências de recursos de outras esferas de governo; e
- Permitir tomada de decisão mais ágil e qualificada.

Diante deste cenário, é justificável a contratação de serviços de tecnologia para prover o apoio especializado à melhoria da eficiência das receitas e despesas municipais, sem onerar de maneira relevante a máquina pública.

9.CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

9.1. Trata-se de serviço comum, não continuado a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

9.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

9.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

10. PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA E/OU EXECUÇÃO

10.1 PRAZO:

10.2. O acesso à plataforma deverá ser disponibilizado até o 5º dia útil à assinatura do contrato.

10.1.2. A CONTRATADA, após 8 (oito) semanas, deverá apresentar o primeiro diagnóstico, permitindo a CONTRATANTE a tomada de medidas corretivas.

10.2 LOCAL DE ENTREGA OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

10.2.1 Durante a fase de levantamento de dados e diagnósticos deverá a Contratada disponibilizar uma pessoa para trabalhar diretamente no Município de Balneário Pinhal .

10.2.2 Durante a vigência do Contrato, a empresa fica obrigada a entregar/prestar os bens/serviços de acordo com o valor proposto, nas quantidades e qualidades solicitadas e nos prazos estipulados.

10.3 CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO:

10.3.1 Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

10.3.2 Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3.3 Os bens/serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.3.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.3.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11. DO VALOR PREVISTO PARA CONTRATAÇÃO

11.1 O valor máximo para a contratação será de R\$ 135.156,00 (cento e trinta e cinco mil cento e cinquenta e seis mil reais) anuais, divididos em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas.

Balneário Pinhal, 17 de dezembro de 2021.

Túlio Cícero Bitsck
Secretário de Finanças



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL
"Uma Praia de Todos"

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor unit.	Valor total
01	12	mês	Serviço de otimização de receitas e despesas municipais por meio de plataforma digital na modalidade de software como serviço (SaaS – Software as a service) com apoio técnico especializado em finanças municipais, incluindo hospedagem em nuvem, integração com dados dos sistemas da administração municipal e consultoria de implantação na localidade.		

Preço Total por extenso:

1.1. O prazo de validade da proposta é de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no item 01 desse edital.

1.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação completa do produto ofertado, bem como com a indicação dos valores unitários e totais, englobando a tributação, os custos e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

OBS: Os licitantes, na proposta inicial, não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

Valor de Referência: R\$ 11.263,00 (onze mil, duzentos e sessenta e três reais) mensais.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL
"Uma Praia de Todos"

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ/MF nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade Nº e CPF Nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva; emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz ().

Local e data:

Nome, cargo e assinatura



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL
“Uma Praia de Todos”

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa.....em atenção ao instrumento convocatório sob referência, declara que:

1. Concorda com as disposições do instrumento convocatório sob referência e seus Anexos;
2. Compromete-se a garantir o prazo de validade dos preços e condições da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de apresentação da proposta;
3. Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta, bem como das condições gerais estabelecidas no Edital, sobretudo quanto aos documentos de habilitação, estando em conformidade com estes;
4. (Nome da Empresa), CNPJ nº..... sediada a Rua (endereço completo), declaro possuir as condições de habilitação ao presente PREGÃO, na forma do inciso VII do artigo 4º da Lei 10.520/02.
5. Declaração própria, sob as penas da lei, de que inexistente fato superveniente impeditivo para sua habilitação no processo licitatório em tela.

Nome, cargo e assinatura



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL
"Uma Praia de Todos"

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO BALNEÁRIO PINHAL**, pessoa jurídica de direito público interno, criado pela Lei nº 10.670 de 28 de dezembro de 1995, com sede na Avenida Itália, nº 3100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.611.339/0001-97, representado neste ato pela Prefeita **MARCIA ROSANE TEDESCO DE OLIVEIRA**, com poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica do Município, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO** e, de outro, a empresa.....inscrita no CNPJ/MF sob nº, com sede no Município de, na (Rua, Avenida)....., nº, CEP:, neste ato representado por, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e pactuado entre si o presente contrato de prestação de Serviço de otimização de receitas e despesas municipais, mediante as seguintes cláusulas e condições, sujeitando-se às normas da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações instituídas pela Lei Federal nº 8.883/94 e demais legislação e alterações :

FUNDAMENTO: Processo Licitatório nº 0001/2022, constituindo-se de documentos vinculados a esta Minuta - dela fazendo parte integral - todos os documentos que integram o **Pregão Eletrônico nº 0001/2022**, da qual esta Minuta de Contrato é integrante.

As partes contratantes, de comum acordo, estabelecem entre si este contrato com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

Contratação de empresa de Serviço de otimização de receitas e despesas municipais por meio de plataforma digital na modalidade de software como serviço (SaaS – Software as a service) com apoio técnico especializado em finanças municipais, incluindo hospedagem em nuvem, integração com dados dos sistemas da administração municipal e consultoria de implantação na localidade.

1.2. Todos os serviços deverão ser executados conforme Termo de Referência - Anexo I, que passam a fazer parte integrante da presente Minuta.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZOS E FORNECIMENTO:

O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993.

2.1.1. O acesso à plataforma deverá ser disponibilizado até o 5º dia útil à assinatura do contrato.

2.1.2. A **CONTRATADA**, após 8 (oito) semanas, deverá apresentar o primeiro diagnóstico, permitindo ao **MUNICÍPIO** a tomada de medidas corretivas.

2.1.3. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

2.1.4. Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.1.5. Os bens/serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

2.1.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

2.1.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

2.2. Módulos Contidos Na Solução

- Dados.
- Diagnóstico.
- Gestão de melhorias.
- Gerencial.
- Integração.
- Fórum.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

2.3. Condições Gerais

- Sistema disponibilizado sem limitação do número de usuários.
- Usuários podem acessar de maneira simultânea.
- Cadastro de usuários contém as informações: nome, e-mail, telefone.
- Prazo de disponibilização do sistema: 5 dias úteis após a assinatura do contrato.
- Sistema disponibilizado em ambiente web.
- Confidencialidade, privacidade e integridade sobre qualquer informação que venha a ser informada, que seja armazenada ou tratada, incluindo contas, senhas de acesso e outros dados pessoais.
- Acesso à solução via login e senha.

2.4. Funcionalidades Do Sistema

- Visualização das receitas e despesas em lista, gráfico de barras e gráfico de árvore.
- Filtros para receitas: receitas por tipo; impostos; taxas e; transferências.
- Filtros para despesas: por órgão; por credor; por elemento; por subelemento e; por fonte de recurso.
- Inserção, remoção e edição de informações de propriedade da administração pública municipal para compor as análises e identificação de ineficiências.
- Roteiro de avaliação de processos, informações e análises para identificar oportunidades na arrecadação para as seguintes receitas próprias:
 - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)
 - Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI)
 - Imposto sobre Serviços (ISS)
 - Taxas
 - Dívida ativa
- Roteiro de avaliação de processos, informações e análises para identificar oportunidades na arrecadação para as seguintes transferências de outras esferas de governo:
 - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
 - Financiamento da Saúde
 - Financiamento da Educação



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

- Financiamento da Assistência Social
- Roteiro de avaliação de processos, informações e análises para identificar oportunidades nas seguintes despesas:
 - Pessoal e encargos sociais
 - Frotas
 - Imóveis
 - Merenda escolar
 - Transporte de alunos
 - Medicamentos
 - Exames médicos
 - Transportes de pacientes
 - Aposentadorias e pensões
 - Serviços de terceiros – Pessoa Física e Jurídica
 - Locação de mão de obra
 - Contratação de mão de obra período determinado
 - Material de consumo
 - Material, bem ou serviço de distribuição gratuita
 - Auxílio alimentação
- Validação de ineficiências encontradas.
- Inserção, remoção e edição dos valores das oportunidades de melhoria do orçamento público.
- Seleção e priorização de ineficiências para correção.
- Visualização e seleção de ações já sugeridas.
- Inclusão de novas ações.
- Detalhamento de ações em tarefas.
- Atribuição de datas por ação.
- Atribuição de responsáveis por ação;
- Inclusão de meta financeira por cada ação;
- Atualização do resultado já alcançado por ação.
- Inclusão de anexos de diversos formatos.
- Filtros para facilitação do acompanhamento das ações de melhoria de eficiência do orçamento público municipal.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

- Visualização de informações gerenciais referentes à implementação das ações de melhoria do orçamento público.
- Gráfico de ações: finalizadas, em andamento, não iniciadas.
- Gráficos de tarefas: finalizadas, em andamento, não iniciadas.
- Gráfico de resultados: metas e resultados já alcançados.
- A plataforma integra dados de relatórios de receitas e despesas do sistema de contabilidade da administração pública para que as informações de receitas e despesas presentes nestes relatórios possam ser visualizadas em formato amigável e com análises que facilitem tomada de decisão.
- Permite que os gestores públicos de diferentes municípios possam interagir entre si com intuito de esclarecer dúvidas e trocar experiências práticas em gestão pública.
- Tópicos de discussão de acordo com os temas a serem tratados.

2.5. Características Técnicas

- Sistema 100% web, podendo ser acessado pelos seguintes navegadores: Internet Explorer, Chrome, Safari ou Mozilla Firefox.
- Plataforma única com todos os módulos interagindo com um único login.
- Garantia de SLA (acordo de nível de serviço) de 8 horas para atendimento de chamados notificados via endereço eletrônico e 98% de disponibilidade do serviço.
- Acesso à solução via dispositivo em nuvem, podendo ser acessada por computadores desktop, notebooks ou smartphones;
- Serviços de suporte técnico remoto oferecidos de segunda a sexta-feira das 09:00 às 18:00, exceto feriados nacionais.

2.6. Apoio Técnico Especializado

- O apoio e suporte técnico especializado prestado por profissionais com experiências comprovadas em finanças municipais.
- Apoio e orientação na construção de um diagnóstico das finanças municipais onde são identificadas as oportunidades de melhoria, seja no incremento das receitas ou na otimização dos gastos públicos.
- Apoio e orientação na priorização das ineficiências e oportunidades a serem abordados.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

- Apoio e orientação na execução das ações a fim de capturar os valores identificados nas etapas anteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR:

Pela realização do objeto do presente contrato, o **MUNICÍPIO** pagará a **CONTRATADA**, o valor mensal de R\$......(.....), a ser pago até o dia 15 do mês subsequente ao vencido, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente na Secretaria Municipal de Finanças.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da execução da presente Obra correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Finanças

0501 04 122 0005 2006 339039 05000000 0001 – 2654.9

CLÁUSULA QUINTA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

Poderão ocorrer alterações de serviço e, conseqüentemente, de valor, se acontecerem fatores supervenientes que os justifiquem, nos termos do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - EMIÇÃO DE FATURAS E PAGAMENTOS:

Para a efetivação dos pagamentos, a **CONTRATADA** deverá emitir e apresentar à Secretaria Municipal de Finanças, nota fiscal/fatura, em duas vias, assinada pelo profissional responsável pelo serviço, na qual constem os serviços realizados, discriminadamente, por itens e detalhes acompanhados do laudo da inspeção por pessoa designada pelo **MUNICÍPIO**, dando a etapa e os valores como certos e acabados.

6.1. Os pagamentos serão concretizados na moeda vigente no país, por meio de cheque nominal ou ordem de crédito bancária, sendo que, neste caso, as despesas bancárias serão pagas pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

7.1. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir vigente à época da apresentação da proposta.

7.3. As repactuações a que a **CONTRATADA** fazer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato, também serão objeto de preclusão com o encerramento do Contrato.

7.4. O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO DA CONTRATADA:

O **MUNICÍPIO** exercerá ampla e irrestritamente a fiscalização da fiel execução do objeto deste contrato, em relação aos serviços, prazos, dispositivos de segurança, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA NONA - RECEBIMENTO DO OBJETO:

9.1. O **MUNICÍPIO** poderá exigir da **CONTRATADA**, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

9.2. O **MUNICÍPIO** definirá o prazo para solução de problemas encontrados.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES E MULTAS:

10.1. Pelo inadimplemento das obrigações a **CONTRATADA**, conforme a infração, estará sujeita às seguintes penalidades:

10.1.1. A recusa pelo fornecedor em entregar o objeto adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

10.1.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

10.1.3. O não-cumprimento de obrigação acessória sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.



PODER EXECUTIVO BALNEÁRIO PINHAL

“Uma Praia de Todos”

10.2. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

10.3. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Somente poderão assinar documentos, apresentar reclamações, acordar ou alterar, em quaisquer condições, os representantes signatários deste instrumento, por si ou por instrumento de procuração na forma da lei, que ficará fazendo parte integrante do processo licitatório que gerou este contrato.

11.1. Na execução do objeto ora contratado, o **MUNICÍPIO** exercerá todas as prerrogativas que lhe são asseguradas pela legislação aplicável, sujeitando-se a **CONTRATADA**, igualmente, a todas as normas, condições, responsabilidades e demais cautelas, tudo em conformidade com a Lei 8.666/93.

11.2. Será Foro competente para dirimir controvérsias o de Tramandaí/RS, não podendo ser indicado qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

11.3. Este contrato é firmado em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas instrumentais, na forma da legislação em vigor, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Balneário Pinhal/RS,.....de2022.

MARCIA ROSANE TEDESCO DE OLIVEIRA
PREFEITA